

À
KPMG Auditores Independentes
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105
São Paulo - SP

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da **Pirapora Energia S.A** (“Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:
(em milhares de reais)

	2015	2014
Total do ativo	180.175	166.469
Total dos passivos	107.580	106.655
Patrimônio líquido	72.595	59.814
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	16.677	(359)

Confirmamos que as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Confirmamos que, com base em nosso entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

Demonstrações financeiras

1. Reconhecemos nossas responsabilidades, tais como estabelecidas nos termos da proposta datada de 01 de agosto de 2014 , pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil
2. Os métodos de mensuração e premissas significativas utilizadas pela Administração para a contabilização das estimativas, incluindo aquelas de mensuração do valor justo, são razoáveis.
3. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
4. Os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, tanto individualmente como em conjunto para as demonstrações financeiras como um todo. O resumo destes itens está incluído nesta carta de representação.

Informações fornecidas:

5. Nós lhes fornecemos:
 - acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações, e outros;
 - informações adicionais solicitadas com o propósito de efetuar a auditoria; e
 - acesso irrestrito às pessoas dentro da Companhia, para obtenção de evidências de auditoria.
6. Todas as transações relevantes foram registradas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras.
7. Confirmamos o seguinte:
 - i) Divulgamos a V. Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras estão livres de ter distorção relevante como resultado de fraude.
 - ii) Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Companhia, envolvendo:
 - A Administração;
 - Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
 - Outros onde a fraude poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.
 - iii) Não houve denúncias de fraude ou suspeita de fraude comunicados por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores entre outros, que afetem as demonstrações financeiras da Companhia.

- iv) Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.
8. Reconhecemos nossa responsabilidade pelo controle interno tal como determinado necessário para que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções materiais resultantes de fraude ou erro. Especificamente, reconhecemos nossa responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno para evitar e detectar fraude e erro.
9. Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, divulgamos a V.Sas. e devidamente contabilizamos e/ou divulgamos nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) todos os litígios ou reclamações, atuais ou possíveis, e cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações financeiras.
10. Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas do Grupo e da Companhia todos os relacionamentos e transações de que temos conhecimento e que todos esses relacionamentos e transações foram apropriadamente contabilizados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
- Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas nos termos da CPC 05(R1) (IAS 24), conforme anexo a esta carta de representação.
11. Efetuamos uma avaliação da capacidade da Companhia em continuar em operação, levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que nos termos do CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) é, pelo menos, mas não é limitado a, doze meses após o final do período de relatório. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvida sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação.
12. Todas as transações de vendas são finais e não existem entendimentos informais com os clientes ou outros termos e condições que permitam a devolução de mercadorias, excetuando as condições cobertas pelas garantias usuais e de costume.
13. Não há nenhum ônus ou gravame sobre os ativos da Companhia

Nós confirmamos que divulgamos para V. Sas. todas as informações relacionadas aos seguintes assuntos:

- contratos onerosos, como por exemplo, aqueles contratos em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, incluindo perdas derivadas dos compromissos de compra e venda que são contratos onerosos de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37);



PIRAPORA ENERGIA S.A.

- passivos para juros sobre depósitos e outras dívidas, incluindo dívidas subordinadas e empréstimos de participação;
 - perdas de transações não reconhecidas no balanço patrimonial;
 - acordos e opções para recomprar ativos vendidos anteriormente, incluindo vendas com compromisso de recompra;
 - ativos penhorados como garantia física (*collateral*);
 - acordos com instituições financeiras envolvendo restrições sobre saldos de caixa e linhas de crédito ou acordos semelhantes;
14. A Companhia tem cumprido com todos os requisitos contratuais que poderiam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento como por exemplo, “*debt covenants*”. Confirmamos que não recebemos qualquer notificação de credores ou de seus agentes fiduciários (*trustees*) com relação a possível descumprimento de cláusulas restritivas sobre contratos de empréstimos e financiamentos;
15. Confirmamos que não existe nenhum acordo formal ou informal com instituições financeiras envolvendo saldos compensatórios ou outras restrições sobre saldos bancários disponíveis e linhas de crédito abertas ou outros semelhantes.
16. Não temos planos ou intenções que possam afetar o valor contábil ou classificação de ativos e passivos.
17. A Companhia possui documentação e títulos de propriedade para todos os seus ativos e não temos conhecimento de hipotecas, penhoras ou garantias sobre tais ativos, além daquelas já reveladas nas demonstrações financeiras. Não existem quaisquer outros ativos que não tenham sido apresentados nessas demonstrações.
18. Confirmamos que não possuímos ativos não-circulantes para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos e condições que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos, e a sua venda é altamente provável como definido no CPC 31- Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5).
19. Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01(R1), que possam gerar dúvida de que os ativos da Companhia possam estar registrados por valor acima ao da sua recuperação, bem como, não possuímos quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinação de negócios.

Instrumentos financeiros

20. Nós avaliamos todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado, para apurar se existe ou não evidência objetiva de perda ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial, e se quaisquer perdas de valor identificadas têm sido reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o caso. Quanto aos investimentos em instrumentos patrimoniais, temos reconhecido prejuízo por perda de valor quando houve um declínio significativo ou prolongado no valor justo do instrumento, abaixo do seu custo, ou outra evidência objetiva da perda de valor. Nós determinamos se um declínio no valor justo abaixo do custo é “significativo” ou “prolongado” de acordo com os critérios divulgados a V.Sa.

Derivativos embutidos

21. Nós avaliamos os instrumentos financeiros e outros contratos para identificar derivativos embutidos para os quais existe a exigência de serem separados de seus contratos principais e contabilizados individualmente como derivativos conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). Nós confirmamos que todos os derivativos embutidos para os quais existe a exigência de serem separados conforme o CPC 38 (IAS 39) foram identificados e contabilizados individualmente como derivativos.

Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

22. Nós confirmamos que disponibilizamos a V.Sas. todas as informações relacionadas às exposições a riscos do Grupo e da Companhia oriundas das demonstrações financeiras que são adequadas para permitir aos usuários avaliar a natureza e extensão desses riscos aos quais o Grupo e a Companhia está exposto/(a) expostos ao final do período para o qual as demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7), incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.

23. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias que suportam tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras.

Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

24. Confirmamos nosso entendimento de que:

- Não há dispêndios de caixa que poderiam ocorrer de maneira significativamente antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ser para valores significativamente diferentes daqueles incluídos naqueles dados.

- Não divulgamos os vencimentos contratuais remanescentes das obrigações financeiras derivativas somente quando os vencimentos contratuais não são essenciais ao entendimento da época dos fluxos de caixa.

Representações relacionadas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

25. Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46 (IFRS 13).

Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual à diferença no resultado, se e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciado por uma preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente, reconhecido como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.

26. Divulgamos de maneira apropriada o valor justo dos ativos e obrigações financeiras nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 46 (IFRS 13). Acreditamos que as divulgações categorizam de maneira adequada as mensurações do valor justo na hierarquia de valor justo.
27. Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

Representações relacionadas aos aspectos fiscais

28. Ativos fiscais diferidos reconhecidos são mensurados pelas alíquotas de tributos que tenham sido aprovadas ou substancialmente aprovadas no final do período que está sendo reportado e representam aqueles valores cuja realização é provável levando em conta as expectativas da Administração de lucro tributável futuro. A Administração considerou, ao determinar expectativas de lucro tributável futuro, contra o qual valores dedutíveis podem ser utilizados, a existência de diferenças temporárias tributáveis que irão reverter no mesmo período em que os valores tributáveis irão reverter, e também considerou adequadas as oportunidades de planejamento tributário que a Companhia tem maior possibilidade de aproveitar na geração de lucro tributável futuro nos períodos apropriados.

- A mensuração dos passivos fiscais diferidos e ativos reflete as consequências fiscais que adviriam da forma em que a Companhia no final do período recupere ou liquide o valor contábil de seus ativos e passivos
- Nós não recebemos nenhum aconselhamento ou opinião que contradiga os registros da Companhia para registro dos tributos sobre o lucro, que contradiga os montantes das demonstrações financeiras e apresentações com relação a imposto, ou que sejam

necessárias para entender os assuntos de competência fiscal e afins da Companhia e que não tenham sido divulgados para V. Sas.

Outras representações

Segmentos operacionais

29. As informações por segmentos foram identificadas a partir da maneira pela qual os segmentos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras, sujeitas aos requerimentos específicos do CPC 22 – Informações por Segmentos (IFRS 8), são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor que toma decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos operacionais e avalia o seu desempenho.

Moeda funcional

30. Nós consideramos qual moeda reflete a essência econômica dos eventos e circunstâncias que são relevantes para a Companhia (a “moeda funcional”). Concluímos que a moeda funcional da Companhia é o Real porque suas operações são realizadas no Brasil.

Representações relativas a integridade da informação fornecida relacionada com as principais premissas e julgamentos feitos pela administração

31. Nós confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:
- Classificação e reclassificação de instrumentos financeiros;
 - a) Premissas chave com relação ao futuro, e outras fontes chave de incerteza de estimativas determinadas na data do Balanço Patrimonial, que possuem o risco de causar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício social, incluindo:
 - principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias especificadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37);
 - premissas relevantes aplicadas na determinação do valor justo de ativos financeiros e passivos financeiros que são contabilizados ao valor justo;
32. Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as, atas ou minutas de assembléia de acionistas, reuniões da diretoria, reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:



PIRAPORA ENERGIA S.A.

- Reunião da Diretoria – 17/05/2016
- Reunião do Conselho de Administração – 11/05/2016
- Reunião do Conselho Fiscal – 18/12/2015

33. Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou seus empregados graduados.

34. Disponibilizamos todas as correspondências/documentos com os órgãos reguladores, tais como, ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), bem como o resumo das providências tomadas pela administração em respostas a estas correspondências

35. Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios.

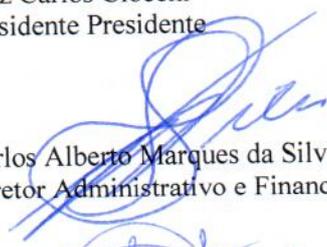
36. Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor da — ou contra a — Companhia, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

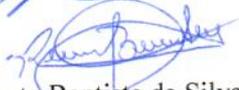
Advogados Internos – Departamento Jurídico

37. Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.

Atenciosamente,


Luiz Carlos Ciocchi
Presidente Presidente


Carlos Alberto Marques da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro


Roberto Baptista da Silva
Contador – CRC 1SP 171.532/O-8

Planapra Energia S.A
 Resumo dos ajustes não corrigidos
 Período final em 31 de dezembro de 2015
 Valores em R\$ mil

#	Descrição da diferença	Entre com a correção requerida para data-base			Demonstração do resultado - Débito (Crédito)		Efeito no balance - Débito (Crédito)						Efeito no Fluxo de Caixa - Aumento (Redução)			Demonstração do resultado abrangente - Débito (Crédito)
		Contas	Débito	(Crédito)	Efeito do resultado das correções no balanço do ano anterior (trazidas do ano anterior)	Efeitos no resultado do exercício	Participante Líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Atividades Operacionais	Atividades de investimento	Atividades financeiras	Resultado abrangente	
[Incorporações antes dos impostos]																
#1	Depreciação	C- Imobilizado	-	839	-	839	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		D- Despesa com Depreciação	839	-	-	839	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Efeito agregado das diferenças não corrigidas (antes dos impostos):														
	Impostos 3-9%					285										
Efeito agregado das diferenças não corrigidas depois dos impostos):																
					554											
Valores das Demonstrações Financeiras (demonstrações financeiras final) (depois dos impostos):																
					16.677		72.595		14.108		166.067		17.127		90.453	
					3%		0%		0%		0%		0%		0%	
Diferenças não corrigido como um percentual dos valores das demonstrações financeiras (depois dos impostos):																